

SUMÁRIO

PARTE I - DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Capítulo I

INTRODUÇÃO AO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO.....	23
1. Introdução.....	23
2. Sociedade internacional.....	24
2.1. Evolução histórica	24
2.2. Características	25
3. Conceito do Direito Internacional Público.....	26
4. Objeto do Direito Internacional Público.....	27
5. Fundamentos do Direito Internacional Público.....	27
5.1. Doutrina voluntarista	27
5.2. Doutrina objetivista	28
5.3. <i>Pacta sunt servanda</i>	29
6. Relacionamento entre o Direito Internacional Público e o Direito Interno.....	29
6.1. Dualismo.....	30
6.1.1. Dualismo radical.....	30
6.1.2. Dualismo moderado.....	31
6.2. Monismo	31
6.2.1. Monismo nacionalista	32
6.2.2. Monismo internacionalista.....	32
6.2.3. Monismo internacionalista dialógico	32

7.	Relacionamento entre o Direito Internacional Público e outros ramos....	33
8.	Síntese do capítulo	34

Capítulo II

FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO.....	37
1.	Introdução..... 37
2.	Classificações..... 38
2.1.	Fontes materiais e fontes formais..... 38
2.1.1.	Fontes principais e auxiliares..... 39
2.2.	Fontes estatutárias e fontes extraestatutárias..... 39
3.	Tratados Internacionais 40
4.	Costume Internacional 41
4.1.	Objetor persistente 42
5.	Princípios gerais do Direito..... 42
6.	Jurisprudência internacional..... 43
7.	Doutrina..... 43
8.	Equidade 44
9.	Atos unilaterais dos Estados..... 44
10.	Atos e decisões de organizações internacionais..... 45
11.	Outras fontes do Direito Internacional Público..... 45
11.1.	Obrigações <i>erga omnes</i> 46
11.2.	Normas de <i>jus cogens</i> 46
11.3.	Casos de <i>soft law</i> 47
12.	Síntese do capítulo 48

Capítulo III

SUJEITOS DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	51
1.	Introdução..... 51
2.	Personalidade jurídica internacional..... 52
3.	Estados..... 52
4.	Organizações internacionais..... 52
5.	Blocos regionais 53
6.	Santa sé..... 53

7.	Indivíduos	54
8.	Insurgentes e beligerantes	55
9.	Empresas transnacionais	55
10.	Síntese do capítulo	56

Capítulo IV

TRATADOS INTERNACIONAIS	59
1. Introdução.....	59
1.1. Antecedentes históricos.....	60
2. Conceito	60
2.1. Noções gerais	60
2.2. Terminologia	61
3. Classificação	62
4. Condições de validade.....	63
4.1. Capacidade das partes	63
4.2. Habilitação dos agentes.....	64
4.3. Objeto lítico e possível	64
4.4. Consentimento regular.....	65
5. Interpretação dos tratados internacionais	65
6. Processo de elaboração dos tratados e incorporação ao direito interno.....	65
6.1. Etapas internacionais e internas	65
6.2. Incorporação ao direito interno	66
6.2.1. Negociações preliminares e assinatura.....	66
6.2.2. Aprovação parlamentar	67
6.2.3. Ratificação	67
6.2.4. Promulgação e publicação	67
6.3. Hierarquia interna do tratado incorporado.....	68
6.3.1. Tratados internacionais comuns.....	68
6.3.2. Tratados internacionais em direitos humanos.....	69
6.3.3. Tratados internacionais sobre direito tributário.....	71
7. Reservas.....	71
8. Modificação dos tratados.....	72
8.1. Emenda	73
8.2. Revisões.....	73
9. Extinção e suspensão dos tratados.....	73

9.1.	Suspensão dos tratados	74
9.2.	Hipóteses de extinção dos tratados.....	75
9.3.	Denúncia.....	76
10.	Síntese do capítulo	77

Capítulo V

O ESTADO NO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO.....	81
1. Introdução.....	81
2. Conceito	81
3. Elementos constitutivos.....	82
3.1. Povo	82
3.2. Território.....	82
3.3. Governo	82
4. Formação do Estado	83
5. Reconhecimento	84
5.1. Reconhecimento de Estado	84
5.2. Reconhecimento de Governo.....	84
5.2.1. Doutrina Tobar e doutrina Estrada	85
6. Extinção de Estados	85
7. Direitos e deveres dos Estados.....	86
7.1. Direitos e deveres básicos.....	86
7.2. Dever de não intervenção.....	87
7.2.1. Doutrina Monroe.....	87
7.2.2. Doutrina Drago.....	88
8. Imunidades dos Estados.....	88
8.1. Imunidade à jurisdição.....	89
8.2. Imunidade à execução.....	90
9. Órgãos dos Estados nas relações internacionais.....	90
9.1. Chefe de Estado.....	90
9.2. Chefe de Governo	91
9.3. Ministro das Relações Exteriores.....	91
9.4. Agentes Diplomáticos	91
9.5. Agentes Consulares	91
10. Síntese do capítulo	92

Capítulo VI

AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS NO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO.....

1.	Introdução.....	95
2.	Conceito	96
2.1.	Personalidade jurídica internacional.....	96
3.	Elementos e características	97
3.1.	Interestatais.....	97
3.2.	Instituição por tratado internacional.....	97
3.3.	Capacidade e personalidade.....	97
3.4.	Órgãos próprios.....	97
3.5.	Privilégios e imunidades	98
3.5.1.	Imunidades das Organizações vs. imunidades dos Estados.....	98
4.	Classificação	99
5.	Funcionamento das organizações.....	100
6.	Organização das Nações Unidas (ONU).....	100
6.1.	Histórico da ONU.....	100
6.2.	Noções gerais	101
6.3.	Órgãos principais	102
7.	Organização Internacional do Trabalho (OIT).....	103
8.	Organizações regionais.....	103
8.1.	Organização dos Estados Americanos (OEA)	103
8.1.1.	Noções gerais.....	104
8.1.2.	Órgãos principais.....	104
9.	Organizações Supranacionais	105
9.1.	União Europeia.....	105
9.2.	Mercado Comum do Sul (Mercosul).....	106
10.	Síntese do capítulo	107

Capítulo VII

O INDIVÍDUO E A NACIONALIDADE.....

1.	Introdução.....	111
2.	O indivíduo no Direito Internacional.....	111

3.	Nacionalidade.....	112
3.1.	Conceito.....	112
3.2.	Nacionalidade e cidadania.....	112
3.3.	Espécies.....	112
3.3.1.	Nacionalidade originária.....	112
3.3.2.	Nacionalidade adquirida.....	113
3.4.	Conflitos de nacionalidade.....	113
4.	Nacionalidade brasileira.....	113
4.1.	Brasileiros natos.....	113
4.2.	Brasileiros naturalizados.....	114
4.3.	Perda da nacionalidade brasileira.....	114
4.4.	Reaquisição da nacionalidade brasileira.....	115
5.	Síntese do capítulo.....	115

Capítulo VIII

CONDIÇÃO JURÍDICA DO ESTRANGEIRO.....	117
1. Introdução.....	117
2. Princípios e diretrizes da migração.....	118
3. Direitos e deveres do migrante e visitante.....	118
4. Admissão do estrangeiro no território nacional.....	119
4.1. Discricionariedade.....	119
4.2. Títulos de ingresso.....	119
5. Condição jurídica do migrante e do visitante.....	120
5.1. Residente fronteiriço.....	120
5.2. Apátrida.....	121
6. Medidas de retirada compulsória.....	121
6.1. Repatriação.....	121
6.2. Deportação.....	122
6.3. Expulsão.....	122
6.4. Vedações.....	123
6.5. Portaria MJSP nº 770, de 11 de outubro de 2019.....	123
7. Medidas de cooperação.....	124
7.1. Extradicação.....	125
7.2. Transferência de execução de pena.....	128

7.3.	Transferência de pessoa condenada.....	129
8.	Asilo territorial e diplomático.....	130
8.1.	Asilo territorial	130
8.2.	Asilo diplomático	130
9.	Refúgio	131
9.1.	Diferenças entre asilo e refúgio	131
10.	Síntese do capítulo	133

Capítulo IX

RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DOS ESTADOS.....		137
1.	Introdução.....	137
1.1.	Projeto de Convenção Internacional da Onu.....	137
2.	Conceito de responsabilidade internacional.....	138
2.1.	Conceito.....	138
2.2.	Natureza jurídica.....	138
2.3.	Formas de responsabilidade.....	139
3.	Elementos essenciais.....	139
3.1.	Ato ilícito.....	140
3.2.	Imputabilidade.....	140
3.3.	Prejuízo ou dano.....	141
4.	Esgotamento dos recursos internos.....	141
5.	Proteção diplomática.....	141
5.1.	Cláusula calvo.....	142
6.	Excludentes da responsabilidade internacional.....	142
6.1.	Consentimento do Estado.....	143
6.2.	Legítima defesa.....	143
6.3.	Contramedidas.....	143
6.4.	Força maior.....	143
6.5.	Perigo extremo.....	143
6.6.	Estado de necessidade.....	144
7.	Meios de reparação.....	144
7.1.	Restituição na íntegra.....	144
7.2.	Cessação do ilícito.....	145
7.3.	Satisfação.....	145

7.4.	Compensação	145
7.5.	Garantias de não repetição.....	146
8.	Tribunais internacionais contemporâneos.....	146
8.1.	Corte Internacional de Justiça.....	146
8.2.	Tribunais Internacionais de Direitos Humanos.....	147
9.	Responsabilidade internacional do Estado diante da pandemia do novo Coronavírus	147
9.1.	Responsabilidade internacional do Estado por atos internacionalmente ilícitos	149
9.2.	Responsabilidade internacional do Estado por violações de direitos humanos	151
10.	Síntese do capítulo	152

Capítulo X

DIREITO INTERNACIONAL PENAL.....	155
1. Introdução.....	155
2. Responsabilidade internacional do indivíduo	156
3. Precedentes históricos ao Tribunal Penal Internacional.....	157
3.1. Tribunal de Nuremberg.....	157
3.2. Tribunal da ex-Iugoslávia e Ruanda.....	158
4. Tribunal Penal Internacional.....	159
4.1. Estatuto de Roma	159
4.2. Características	160
4.3. Crimes internacionais.....	161
4.3.1. Crimes de guerra	161
4.3.2. Crimes contra a humanidade	161
4.3.3. Crimes de agressão.....	162
4.3.4. Crimes de genocídio	162
4.4. Penas.....	162
5. Tribunais Penais Internacionais de quarta geração	163
6. Proteção penal de direitos humanos.....	164
6.1. Mandados internacionais de criminalização	164
7. Cooperação internacional em matéria penal.....	165
7.1. Noções gerais	165
7.2. Cooperação policial internacional.....	166

7.3.	Cooperação jurídica internacional.....	167
7.4.	Transferência de presos.....	168
7.5.	Tratados multilaterais	168
7.5.1.	Convenção de Mérida.....	168
7.5.2.	Convenção de Palermo	169
7.5.3.	Protocolo de São Luís	170
7.6.	Tratados bilaterais	170
8.	Combate ao terrorismo	171
8.1.	Resolução nº 1.373 do Conselho de Segurança da ONU.....	171
8.2.	Cumprimento das sanções pelo Brasil (Lei nº 13.810/2019)....	171
9.	Síntese do capítulo	172

Capítulo XI

DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS		175
1.	Introdução.....	175
1.1.	Antecedentes históricos.....	176
1.2.	Conceito.....	177
1.3.	Características	177
1.3.1.	Historicidade.....	178
1.3.2.	Universalidade dos direitos humanos	178
1.3.3.	Inalienabilidade, irrenunciabilidade e imprescritibi- lidade.....	179
1.3.4.	Indivisibilidade e interdependência	179
1.3.5.	Essencialidade.....	179
1.3.6.	Complementaridade	179
1.3.7.	Relatividade.....	180
2.	Vertentes da proteção internacional de direitos humanos.....	180
2.1.	Direito Internacional Humanitário	180
2.1.1.	Direito de Genebra.....	180
2.1.2.	Direito de Haia.....	181
2.1.3.	Direito de Nova Iorque.....	181
2.2.	Direito Internacional dos Refugiados.....	181
2.3.	Direito Internacional dos Direitos Humanos.....	182
3.	Estrutura dos sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos....	183

3.1.	Sistema global de proteção	183
3.2.	Sistemas regionais de proteção	185
3.2.1.	Sistema regional europeu	185
3.2.2.	Sistema regional interamericano	186
3.2.3.	Sistema regional africano.....	187
3.3.	Coexistência entre os sistemas de proteção.....	188
3.4.	Subsidiariedade dos sistemas internacionais	188
4.	Mecanismos de proteção aos direitos humanos	189
4.1.	Mecanismo unilateral	189
4.2.	Mecanismo coletivo	189
4.3.	Mecanismos convencionais.....	190
4.4.	Mecanismos não convencionais.....	190
5.	Fiscalização do cumprimento das obrigações internacionais.....	191
5.1.	Órgãos fiscalizatórios.....	191
5.2.	Mecanismos de fiscalização	191
5.2.1.	Relatórios.....	191
5.2.2.	Comunicações interestatais	192
5.2.3.	Petições individuais	192
5.2.4.	Investigações	192
6.	Capacidade internacional dos indivíduos	193
6.1.	Capacidade ativa.....	193
6.2.	Capacidade passiva.....	194
7.	Controle de convencionalidade.....	194
7.1.	Controle de convencionalidade interno	195
7.2.	Controle de convencionalidade internacional.....	195
8.	Síntese do capítulo	196

Capítulo XII

DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL		199
1.	Introdução.....	199
2.	Zonas polares	199
2.1.	Polo Norte	200
2.2.	Antártica	200
3.	Direito do mar, dos rios e das águas interiores.....	201

3.1.	Mar territorial	201
3.2.	Zona contígua	202
3.3.	Zona econômica exclusiva	202
3.4.	Plataforma continental	202
3.5.	Alto-mar.....	203
3.6.	Rios internacionais.....	203
3.7.	Águas interiores.....	203
4.	Espaço aéreo e extra-atmosférico	204
4.1.	Espaço aéreo.....	204
4.1.1.	Liberdades do ar	204
4.2.	Espaço aéreo extra-atmosférico	205
5.	Patrimônio comum da humanidade	205
6.	Síntese do capítulo	207

Capítulo XIII

CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS	209
1. Introdução.....	209
2. Solução pacífica das controvérsias internacionais	209
3. Meios diplomáticos	210
3.1. Negociação direta	210
3.2. Bons ofícios	211
3.3. Mediação.....	211
3.4. Consultas.....	211
3.5. Conciliação	211
3.6. Inquérito	212
4. Meios políticos	212
5. Meio semijudicial	213
5.1. Arbitragem internacional	213
6. Meios judiciais	214
6.1. Corte Internacional de Justiça.....	214
6.1.1. Estrutura e composição	214
6.1.2. Competência	215
6.1.3. Processo e julgamento.....	216
7. Meios coercitivos	217
7.1. Retorsão	218

7.2.	Represália.....	218
7.2.1.	Embargo.....	218
7.2.2.	Bloqueio pacífico.....	218
7.2.3.	Boicotagem.....	219
7.3.	Rompimento de relações diplomáticas.....	219
8.	Direito de guerra e neutralidade.....	220
8.1.	Guerra.....	220
8.1.1.	<i>Jus ad bellum e jus in bello</i>	220
8.1.2.	<i>Jus post bellum</i>	221
8.2.	Neutralidade.....	221
9.	Síntese do capítulo.....	222

PARTE II - DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

Capítulo I

FUNDAMENTOS DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.....	227
1. Introdução.....	227
2. Evolução histórica.....	228
2.1. Fase pré-doutrinária.....	228
2.2. Fase doutrinária.....	229
2.3. Fase das codificações.....	230
2.4. Fase moderna.....	230
3. Conceito de Direito Internacional Privado.....	230
3.1. Objeto.....	231
3.2. Finalidade.....	232
4. Fontes do Direito Internacional Privado.....	232
4.1. Fontes internas.....	233
4.2. Fontes internacionais.....	234
4.3. Conflito entre as fontes.....	235
5. Síntese do capítulo.....	236

Capítulo II

CONFLITO DE LEIS NO ESPAÇO.....	239
1. Introdução.....	239
2. A norma de Direito Internacional Privado.....	240

3.	Elementos de conexão	240
3.1.	Território	241
3.2.	Domicílio	242
3.3.	Nacionalidade.....	242
3.4.	Lugar do contrato.....	243
3.5.	<i>Lex fori</i>	243
3.6.	<i>Lex rei sitae</i>	243
3.7.	Vontade das partes.....	243
3.8.	Outros elementos	244
4.	Institutos básicos do Direito Internacional Privado.....	244
4.1.	Qualificação.....	244
4.2.	Ordem pública	245
4.3.	Reenvio.....	246
5.	Direito adquirido no Direito Internacional Privado.....	248
6.	Síntese do capítulo	249

Capítulo III

DIREITO PROCESSUAL CIVIL INTERNACIONAL.....	251
1. Introdução.....	251
2. Aplicação do direito estrangeiro pelo juiz nacional.....	252
2.1. Verificação e prova do direito estrangeiro.....	252
2.2. Exceção ao princípio do <i>jura novit curia</i> (juiz conhece o direito).....	252
3. Competência internacional.....	254
3.1. Competência concorrente ou cumulativa	254
3.2. Competência exclusiva da autoridade judicial brasileira	256
3.3. Litispendência e coisa julgada internacionais	256
3.4. Afastamento da competência – eleição de foro.....	257
4. Cooperação jurídica internacional no campo cível.....	258
4.1. Noções gerais	258
4.2. Auxílio direito.....	259
4.3. Cartas rogatórias.....	259
4.4. Homologação de sentença estrangeira.....	260
5. Regime de prova de direito e fatos internacionais	262
6. Síntese do capítulo	263
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	267